

ALFABETIZAÇÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Márcia Friedrich ¹
Jacqueline de Oliveira Veiga Iglesias²
Carolina Machado Moreira ³
Juliana Duarte de Mendonça Castro ⁴

RESUMO:

Esse trabalho tem por objetivo pesquisar e analisar como se dá a alfabetização dos estudantes com deficiência visual nos primeiros anos do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Educação de Goiânia. Foi realizada uma pesquisa de campo nas escolas com autorização da Secretaria Municipal de Educação-SME. Diante de toda análise, observa-se uma carência na rede, em que se tem profissionais que atuam frente a uma causa tão importante com pouco tempo de atuação nessa área e com pouca formação continuada para que aconteça a alfabetização dos estudantes com deficiência visual. Outro aspecto importante é a falta de materiais específicos que auxiliam os estudantes a uma melhor adaptação e aprendizagem. Sendo assim, ressalta-se a inclusão dos estudantes com qualquer grau de deficiência, em se tratando de inclusão é um processo lento e demorado e de difícil acesso para muitos desses estudantes, por falta de conhecimentos ou recursos. Mediante os fatos abordados durante a pesquisa, destaca-se a importância de uma ação conjunta, ou seja, uma rede de apoio, com profissionais qualificados juntamente com a família que tem um papel fundamental para o processo de ensino e aprendizagem do estudante, em que estejam dispostos a fazer a inclusão acontecer de modo geral, visando a alfabetização a aprendizagem desses estudantes que na maioria das vezes são excluídos da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Inclusão escolar. Deficiência visual. Anos iniciais do Ensino Fundamental.

¹ Mestre em Educação em Ciências e Matemática (UFG). Graduada em Matemática e Física, Graduada em Ciências, Graduada em Pedagogia. Professora do Centro Universitário Facunicamps desde 2018. E-mail: marcia.friedrich@facunicamps.edu.br.

² Mestre e Doutora em Educação (UNICAMP). Graduada em Ciências Biológicas e Pedagogia. Professora do Centro Universitário Facunicamps. Psicopedagoga Clínica. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Educacionais e Formação de Professores da UEG/GO, E-mail: jackiglesias@gmail.com

³ Mestre em Letras

Mestre em Letras - Literatura e Crítica Literária pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2012-2013). Pós-graduada em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Universidade do Noroeste de Minas (2010-2011). Graduada em Letras - Português-Inglês e respectivas literaturas pela Universidade Estadual de Goiás (2007) e em Pedagogia pela Faculdade ISCECAP (2018). Professora do Centro Universitário Facunicamps.

⁴ Mestre em Serviço Social pela PUC GO. Graduada em Pedagogia e Serviço Social. Professora e Coordenadora do Curso de Pedagogia e Serviço Social do Centro Universitário Facunicamps. E-mail: duartejuliana24@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa inicia-se com as indagações: Como se dá o processo de alfabetização dos estudantes com deficiência visual na Rede Municipal de Goiânia? Quais os recursos utilizados para inclusão dos estudantes com deficiência visual na Rede Municipal de Goiânia? Quais as metodologias utilizadas pelos pedagogos frente à inclusão? Como os pedagogos se encontram frente às demandas dos estudantes com deficiência visual? A partir desses questionamentos, emerge o objetivo: Conhecer a realidade de como se dá o processo de ensino e aprendizagem na alfabetização dos estudantes com deficiência visual do ensino regular na cidade de Goiânia. Como metodologia, realizou-se uma pesquisa de campo com professores da rede municipal de Goiânia, para compreender as práticas pedagógicas que possibilitam a aprendizagem dos estudantes cegos e de que forma estão sendo trabalhadas na Rede Municipal de Educação de Goiânia.

Aos estudantes com deficiências visuais são assegurados os direitos de aprendizagem dentro do espaço escolar, como respaldado nas Leis: Lei 9.394, de 20/12/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146) entre outros documentos. Porém, a evolução das leis que amparam pessoas com deficiências têm sido questionadas e conseqüentemente exige-se mais melhorias. De acordo com o IBGE (2021), 17 milhões de pessoas, com dois anos de idade ou mais, com algum tipo de deficiência possuem o Ensino Fundamental incompleto. Isso demonstra que há uma falha significativa no amparo a essas pessoas em instituições de ensino e estas, por sua vez, sofrem com a precarização do trabalho e da estrutura escolar. Assim, nota-se que estudantes e profissionais da educação têm enfrentado desafios diariamente no cenário educacional do país.

Considerando a obrigatoriedade instituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Sendo assim, a inclusão escolar se faz obrigatória para garantir uma educação de qualidade a todos.

É de extrema importância a alfabetização de pessoas com necessidades educacionais específicas, pois essa inclusão escolar faz com que o estudante se sinta mais confiante, aprendendo a se socializar, estimulando a própria aprendizagem, e se adaptando ao meio em que convive. Neste viés, cabe às escolas se adaptarem para dar um ensino de qualidade, em que

o deficiente visual aprenda a ler, escrever e se socializar utilizando adaptações, para que o indivíduo consiga compreender da melhor maneira o que está previsto dentro do ensino escolar.

METODOLOGIA

A metodologia adotada foi a pesquisa de campo, realizada nas escolas da Rede Municipal de Goiânia (RME), autorizada pela Secretaria Municipal de Educação (SME) com professores que atuam com estudantes deficientes visuais, os quais enfrentam o processo de inclusão em sala de aula. Ao todo, 33 instituições da rede municipal possuem alunos com baixa visão e 24 com cegos. A pesquisa foi realizada somente em 13 escolas da Rede Municipal de Goiânia.

A pesquisa de campo foi amparada na pesquisa bibliográfica, sendo o ponto de partida para toda elaboração textual utilizando artigos escritos já existentes com a intenção de servir como base para esse trabalho. A pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002), é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de websites. Nesta pesquisa em específico, destacam-se autores como Celadón (2008) e Miranda (2008).

Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32). O instrumento de coleta de dados foi o formulário via *Google Forms*, realizado junto aos professores das escolas informadas pela SME.

REFERENCIAL TEÓRICO

Revisitando o passado das civilizações é possível observar a problemática existente em relação à inclusão nas mais diferentes épocas e culturas. Neste contexto, a sociedade percorreu caminhos para chegar no que conhecemos hoje a respeito da educação inclusiva.

De acordo Cavalcanti *et al* (*apud* CORREIA, 1999, p. 05), desde as civilizações gregas, já era possível observar uma grande exclusão social direcionada às pessoas com deficiência. Até as crianças nascidas com algum tipo de deficiência eram marginalizadas, excluídas da sociedade, rotuladas como inválidas e tinham suas famílias perseguidas. Por vezes, as famílias

escondiam-lhes em casa, privando do convívio social. Quando encontradas, as crianças deficientes eram mortas.

De modo geral, no século XV, as pessoas com algum tipo de deficiência intelectual ou física eram mandadas para a fogueira, pois eram vistas como possuídas por espíritos malignos. Já no século XVII, os indivíduos que possuíam alguma deficiência eram retirados do convívio social e trancafiados em celas, masmorras, asilos ou hospitais. A história dessas pessoas foi marcada por exclusões e silenciamentos.

Ao longo da história, os deficientes eram tratados como inferiores, incapacitados e, muitas vezes, tinham o direito à vida negado. E com o passar do tempo, a vida de pessoas cegas passou a ser modificada. A primeira escola para elas foi construída na Europa e, mais tarde, no Brasil. Tratava-se de uma alternativa para o cego desfrutar do meio social e ser educado institucionalmente.

Segundo Pessotti (1984), apenas a partir do século XVIII, com o advento do Cristianismo e o aumento do poder da Igreja Católica, as pessoas com deficiência deixaram de ser exterminadas, já que também eram criaturas de Deus. Nessa época, começaram a surgir, na Inglaterra, as primeiras ideias para o atendimento das pessoas “portadoras de deficiências” em local especializado. No entanto, ele assemelhava-se mais a um depósito humano.

Com o passar do tempo, nos séculos XVI e XVII, em diferentes países europeus, foram construídos locais de atendimentos específicos para esses indivíduos com deficiência, fugindo daqueles tradicionais abrigos, sem recursos para atendê-los. Esses indivíduos passaram a ser respeitados, valorizados como seres humanos, incluídos socialmente. “Normalizar uma pessoa não significa torná-las normal. Significa dar a ela o direito de ser diferente e ter suas necessidades reconhecidas e atendidas pela sociedade” (WERNECK, 2000, p. 52).

O cristianismo significou, de várias formas, uma mudança pela qual as pessoas com deficiência eram vistas e tratadas pela sociedade em geral. Durante o século XV, a influência cristã e seus princípios de amor e caridade fez com que hospitais voltados para o atendimento de pessoas com deficiência, fossem abertos. Com o passar do tempo, no século XVI e XVII, em diferentes países europeus, foram construídos locais de atendimentos específicos para esses indivíduos com deficiência, fugindo daqueles tradicionais abrigos, sem recursos para atender-los. Esses indivíduos passaram a ser respeitados, valorizados como seres humanos, ser incluído socialmente “(...) normalizar uma pessoa não significa torná-las normal. Significa dar a ela o

direito de ser diferente e ter suas necessidades reconhecidas e atendidas pela sociedade” (WERNECK, 2000, p. 52).

Os primeiros atendimentos à pessoa com deficiência, no Brasil, ocorreram em meados do século XIX, em prol do interesse de alguns docentes pelo atendimento educacional, inspirados por experiências europeias e norte-americanas. Neste período, a cegueira e a surdez foram as únicas deficiências reconhecidas pelo Estado, como passíveis de uma abordagem que visava superar as dificuldades que ambas as deficiências traziam, sobretudo, na educação e no trabalho.

Em 1854, o Imperador D. Pedro II criou a primeira instituição oficial para atendimentos a deficientes no Brasil, o *Imperial Instituto dos Meninos Cegos*, o qual foi fruto da intenção de um jovem cego brasileiro, José Álvares de Azevedo. Ele teve oportunidade de estudar fora do país e, quando regressou, traduziu alguns livros e influenciou famílias abastadas que também possuíam filhos cegos. Em 1891, tal instituto recebeu o nome de *Instituto Benjamin Constant* (ICB), em homenagem ao seu terceiro diretor, o qual ocupou-se à causa dos deficientes visuais, como professor e diretor da instituição (MARTINS, 2015).

Antes do século XX, não se tinha a ideia de inclusão para todos. Desse modo, pessoas com deficiência física ou mental, negros ou pobres não podiam se misturar com a classe mais abastada. Na década de 1970, inauguram escolas para indivíduos com deficiências. Eles passaram a frequentar a classe comum, desde que conseguissem se adaptar, o que, por muitas vezes, não acontecia. Já em 1990, começaram a surgir os primeiros movimentos sobre a inclusão escolar. Passou-se a entender que só existe um tipo de educação, para todos, sem restrições, e sem separação (CELADÓN, 2008).

No Brasil, a educação inclusiva fundamentou-se durante a Conferência Mundial de Educação Especial, em 1994, e com a Declaração de Salamanca. O Art. 3º, Inciso IV da Constituição Federal (1988) reforça a importância de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

No Art. 205 da Constituição Federal de 1988, diz que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Sendo assim, está garantida por lei, uma educação de qualidade a todos. Dentro desse aspecto citado, cabe às escolas, professores,

municípios e estados se adequarem às exigências da educação para fazer a inclusão dos estudantes com deficiência nas escolas municipais, estaduais e particulares.

Mantoan (2003, p. 16) relata que a inclusão objetiva consiste em “inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído”. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os estudantes e que é estruturado em função dessas necessidades. Para que tal inclusão ocorra, é necessário que a escola seja um lugar acolhedor, de fácil acesso e que atenda todos os tipos de necessidades educacionais dos estudantes com deficiência, além de um espaço de igualdade a todos.

É importante que nenhum indivíduo do meio social fique de fora do ensino regular seja esse indivíduo com ou sem deficiência, sendo ele de caráter físico ou intelectual. Devido a esse fato, é necessário que as instituições de ensino tenham estrutura para recebê-los. Também é de suma importância a formação dos professores, para que possam atender os estudantes em todas as suas especificidades. Quanto à formação de professores e sua formação inicial, Miranda (2008) enfatiza que,

[...] a formação inicial dos professores em relação ao atendimento das necessidades especiais, ainda ocorre de forma inconsciente, e poucos profissionais iniciam sua carreira docente com experiências de ensino junto a alunos com NEE. A maioria dos professores manifesta descontentamento com seu processo de formação em relação a esta questão e há total ambiguidade em termos da formação docente, expressando a falta de política clara, consistente e avançada para a formação docente, entre as quais a do professor especializado. A tentativa de suprir essa lacuna tem sido a formação continuada através de educação à distância (MIRANDA, 2008. p.7).

Observa-se, portanto, que a educação inclusiva, não é responsabilidade apenas do educador, mas da sociedade em geral. Para que haja um maior fortalecimento, se faz necessário que se tenha comprometimento por parte de gestores, autoridades governamentais e principalmente que a sociedade conheça os direitos nos quais lhes são assegurados, e que exijam sua aplicabilidade. Segundo Paulo Freire, "ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo" (FREIRE, 1999, p.11), então o ato de ensinar é um processo político-social científico e técnico, refletindo as necessidades e expectativas de uma escola para todos.

Os professores devem utilizar métodos que façam a diferença e possibilitem a inclusão desses estudantes, facilitando o processo de ensino-aprendizagem. Ressalta-se também que a educação inclusiva não é responsabilidade apenas do educador, mas da sociedade em geral.

Estudantes com deficiência visual e o processo de inclusão escolar

Segundo Prado (2007), para que a inclusão escolar do aluno com deficiência visual ocorra com maior eficácia, é necessário que haja um trabalho em conjunto com profissionais da sala de recursos. Com profissionais qualificados para atender essa demanda, será possível analisar as principais dificuldades encontradas tanto em sala de aula quanto no ambiente familiar. Para que a inclusão escolar significativa ocorra, os familiares também precisam colaborar com a escola.

De acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística - IBGE (2021), a população brasileira possui, atualmente, diferentes tipos de deficiência visual, dentre eles: baixa visão, severa e perda total da visão. Conforme os dados contabilizados pelo instituto, 6,5 milhões de brasileiros apresentam deficiência visual severa, sendo que 506 mil têm perda total da visão (0,3% da população) e seis milhões, grande dificuldade para enxergar (3,2%).

A inclusão social e educacional da pessoa com deficiência se evidencia pela necessidade de que o indivíduo possa incluir-se na sociedade e no meio educacional, enfatizando que a inclusão é caracterizada pelo apoio às diferenças. No Brasil, há diferentes recursos para a sociedade. A Lei Nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962, oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille (BRASIL, 2023). Trata-se de uma das primeiras leis sobre o deficiente visual ou baixa visão.

Dentre os aspectos, podemos enfatizar os métodos de aprendizagem dentro de sala de aula com os professores e levamos em consideração a capacitação e formação do estudante, pois, desde a antiguidade não existem tais ensinamentos. Entretanto, é importante mencionar que a educação especial é recente e sua elaboração está em adaptações. Os métodos tecnológicos para a aprendizagem podem ser considerados aliados nas ferramentas de elaboração das rotinas do discente. Diante disso,

[...] necessitam de um ambiente estimulador, de mediadores e condições favoráveis à exploração de seu referencial perceptivo particular. No mais, não diferem de seus colegas que enxergam no que diz respeito ao desejo de aprender, aos interesses, à curiosidade, às motivações, às necessidades gerais de cuidados, proteção, afeto,

brincadeiras, limites, convívio e recreação dentre outros aspectos relacionados à formação de identidade aos processos de desenvolvimento e aprendizagem. (SÁ e CAMPOS, 2007, p. 14).

O ensino de Braille existe há cerca de 200 anos e foi criado na França (BRASIL, 2023). No Brasil, ele chegou através de José Álvares de Azevedo, o primeiro professor cego no Brasil.

É importante mencionar que a educação especial é recente e sua elaboração está em adaptações. Os métodos tecnológicos para a aprendizagem podem ser considerados aliados nas ferramentas de elaboração das rotinas do discente. Independente da deficiência, o estudante cego deve ter o mesmo acesso à aprendizagem que os outros estudantes, porém com suas adequações necessárias.

Alfabetização

Importante compreender que alfabetização é um processo de aquisição de habilidades cognitivas básicas para a leitura e escrita. Para Magda Soares (2020), alfabetização é o processo de aquisição do sistema alfabético de escrita, no contexto de dominar as regras e convenções da língua escrita, aprendendo a ler e escrever com fluência e criticidade; desenvolvimento de habilidades linguísticas e cognitivas com o aprimorar a compreensão da linguagem oral e escrita, a capacidade de análise, reflexão e produção de textos, bem como a apropriação do mundo da leitura e da escrita: ter acesso à cultura escrita, participar ativamente da vida social e exercer a cidadania plena.

Alfabetização é muito mais que um ato de ensinar a ler e escrever. Alfabetizar se dá por meio de um processo contínuo que acontece conforme o desenvolvimento do estudante. Todo esse processo é árduo para se obter resultados com tantos obstáculos enfrentados por docentes e discentes. O professor, como mediador do conhecimento, considera a realidade de cada aluno como ser único, aprendendo no seu tempo; às vezes, com mais facilidades ou dificuldades.

Segundo Freire (1985), todo o contexto em que se dá o processo de alfabetização é caracterizado no interior de um projeto político como garantia essencial para possibilitar ao educando voz e vez. “Alfabetização não é um jogo de palavras; é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos. Alfabetização, portanto, é toda a pedagogia: aprender a ler é aprender a dizer a sua palavra” (FREIRE, 1985, p. 14).

Ao se deparar com a realidade de crianças cegas, é natural direcionar o olhar para as particularidades inerentes à ausência da visão e os desafios que elas podem representar se não forem compreendidos e integrados aos processos de aprendizagem e desenvolvimento escolar. Essa reflexão se torna ainda mais crucial quando se trata do aprendizado da leitura e da escrita.

Levando em consideração as ideias de Vygotsky (1997) sobre o desenvolvimento humano como um processo socialmente mediado, podemos compreender o desenvolvimento da criança cega como profundamente influenciado por suas relações com o meio social e suas ações sobre ele. Vygotsky propõe que o desenvolvimento cognitivo da criança não ocorre de forma isolada, mas sim através da interação com outras pessoas e com a cultura. Através da interação social e da aprendizagem mediada, a criança internaliza conhecimentos, habilidades e valores presentes no seu entorno.

Para pessoas com deficiência visual, a abordagem tradicional de ensino partindo das unidades menores da língua (fonemas) até chegar às unidades mais complexas (frases e textos) pode apresentar desafios específicos, exigindo adaptações curriculares e recursos didáticos diferenciados para garantir um processo de alfabetização inclusivo e eficaz.

Assim, algumas estratégias para uma alfabetização inclusiva podem ser citadas no contexto mais amplo, tais como: a abordagem multissensorial que estimular diferentes sentidos durante o processo de ensino-aprendizagem, utilizando recursos como audiolivros, softwares de leitura de tela, materiais em Braille e atividades táteis. Ênfase na comunicação, em que priorizar a comunicação funcional, utilizando a linguagem oral e escrita para situações do dia a dia, desde o início do processo de alfabetização. Adaptação de materiais e avaliações para o sistema Braille e outras tecnologias assistivas, garantindo a acessibilidade e a participação ativa das PCDV. E não menos importante a formação docente: Capacitar professores para lidar com as especificidades da alfabetização de PCDV, utilizando metodologias e recursos adequados às suas necessidades.

Também pode-se destacar as tecnologias assistivas, como softwares de leitura de tela, sintetizadores de voz e tablets em Braille, pode facilitar o acesso à informação e promover a autonomia no processo de alfabetização. Os recursos multimídia como audiolivros, vídeos legendados e podcasts, podem enriquecer o ambiente de aprendizagem e tornar a alfabetização mais dinâmica e interessante, bem como incentivar a aprendizagem colaborativa entre alunos

com e sem deficiência visual pode promover a inclusão e a troca de experiências, beneficiando a todos.

A educação inclusiva na perspectiva educacional traz grandes benefícios, pois ensina a criança a interagir umas com as outras, que devemos tratar todos de igual para igual, independente de possuir ou não algum tipo de deficiência. Educação inclusiva se faz muito importante, pois movimenta uma conscientização futura para esses estudantes e sociedade de modo geral. Para Mantoan, (2003, p. 81), “ensinar na perspectiva inclusiva significa ressignificar o papel do professor, da escola e de práticas pedagógicas que são visíveis no contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados obtidos na pesquisa de campo realizada em 13 escolas da Rede Municipal de Goiânia - RME, dos professores entrevistados, 11 são pedagogos, um historiador e um professor de Educação Física. Dentre eles, 10 não têm especialização em educação inclusiva, porém três desses professores possuem formação em educação especial, como Psicopedagogia com ênfase em AEE, Psicopedagogia Institucional e Clínica, e Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Uma questão muito importante para o trabalho com estudantes com deficiência visual ou outro tipo de deficiência no âmbito educacional é a formação do professor, pois muitos deles, pelo o que se observou durante a pesquisa de campo, são muito novos na área ou que não possuem especialização na área específica para melhor atender estudantes com deficiência visual, e com qualquer outro tipo de deficiência.

A pesquisa apontou a necessidade da formação, pois 53.8% dos professores entrevistados nunca tinham trabalhado com os estudantes cegos. Apenas 46.2% apresentou ter experiência. Quando questionados sobre a oferta de recursos, os professores ressaltam que o apoio para esses estudantes em escolas da rede pública é insuficiente. Para a estrutura física, é necessário que haja mudanças nas salas de aula, por exemplo, melhorando a acessibilidade, incorporando piso tátil para auxiliar na segurança, na orientação e na mobilidade do deficiente visual. Tudo isso é fundamental para a inclusão de estudantes cegos ou com deficiência visual, como está definido no Decreto N° 5296 (BRASIL, 2004).

Quando questionados sobre as principais barreiras enfrentadas pelos estudantes com deficiência visual nas escolas da rede municipal, os professores afirmaram que os estudantes precisam ter, no mínimo, o acesso. O estudante deve receber acolhimento e ter acessibilidade necessária dentro e no entorno da instituição. De acordo com as respostas, a falta de recurso afeta todo o desempenho educacional, incluindo também os profissionais que não recebem a capacitação para lidar com todos os desafios encontrados. Tais aspectos podem ser observados nas seguintes falas docentes:

- P1. Falta de apoio e recursos;
- P2. Os acessos limitados dos lugares;
- P3. Acessibilidade;
- P4. Acredito que o aprendizado de modo geral;
- P5. Não ter tantos recursos, em sala de aula para esses estudantes;
- P5. Não ter tantos recursos, e pelo fato também dos professores não terem conhecimento para atender suas especificidades;
- P6. A falta de acessibilidade, professores devidamente especializados para atender, a falta de recursos;
- P7. É um desafio em razão da experiência ainda por ser construída já que ainda há muito a aprender. Também, não como uma barreira e sim como um desafio em razão da adequação de atividades e metodologias;
- P8. Material adaptado;
- P10. Ter um cuidador para acompanhamento;
- P11. O fato de nós professores não terem nenhuma formação continuada para atender, e o fato da maioria das escolas municipais possuírem algumas adaptações para pessoa com deficiência física, mas não terem outras adaptações para outras deficiências.

Ao serem questionados sobre os métodos utilizados na rede municipal para o processo de alfabetização dos estudantes nos primeiros anos do ensino fundamental, os professores responderam que os métodos presentes nas suas classes são: Braille, intérprete e professor de apoio que está presente para auxiliar o estudante nas suas atividades cotidianas, adaptando-as em sala de aula. Porém, vale ressaltar que, na maioria dos casos, o material de apoio do professor é confeccionado e organizado por ele mesmo, ou seja, ele elabora suas matérias, de acordo com a necessidade do estudante, incluindo também os instrumentos de alfabetização.

Atualmente, há métodos a serem utilizados, porém, na maioria das vezes, não são de fácil acesso para que os professores sejam conhecedores das matérias e tenham acesso às suas funcionalidades. Segundo os dados coletados, os educadores mencionaram que o material de apoio dos estudantes com deficiência visual não vem dos recursos do município. Sendo assim, eles são encaminhados aos centros de apoio e lá auxiliados em suas práticas de inclusão.

Os professores também responderam sobre as condições oferecidas pela Rede Municipal referente à inclusão dos estudantes com deficiência visual. As respostas apontaram

que 23,1% disseram que não, 61,5% disseram em parte e 15,4% disseram que as condições são oferecidas para o desenvolvimento da alfabetização dos estudantes cegos ou com deficiência visual na Rede Municipal de Educação de Goiânia.

Com relação à adaptação do currículo e as atividades para atender às necessidades dos estudantes em sala de aula, os professores entrevistados destacaram algumas possibilidades de como acontece esse processo de adaptação, pois é muito importante possibilitar que a matriz curricular seja mantida e cumprida. A pesquisa apontou algumas dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de alfabetização dos estudantes deficientes visuais na RME Goiânia. A falta de recursos foi citada como um impedimento em alfabetizar estudantes cegos ou com deficiência visual.

Outro ponto apresentado pelos pesquisados foi a falta de formação e profissionais habilitados para realizar o ensino com pessoas cegas e com pessoas que têm baixa visão. Também foi apresentado que ainda há discriminação por parte dos próprios colegas e, por fim, a dificuldade de mediação. Contudo, os profissionais destacaram que é preciso formação continuada, metodologia adequada para a alfabetização, o uso do material didático, bem como o atendimento às diversidades e a heterogeneidade das classes.

Ainda sobre o aspecto da acessibilidade, das 13 escolas entrevistadas apenas 8 delas têm passado por adaptação estrutural para realizar o atendimento aos estudantes com necessidades especiais com baixa visão ou cegueira. E as outras escolas não têm nenhum tipo de adaptação para que o processo de alfabetização de fato ocorra, acarretando assim prejuízo na possibilidade de inclusão no âmbito escolar e social.

Com relação ao questionamento “Existe algum recurso tecnológico disponível em sala ou na escola para apoiar o aprendizado com o deficiente visual? Se sim, qual ou quais?”, é possível perceber que os estudantes não têm acesso a recursos tecnológicos nas respostas dos professores. De um total de 13 professores entrevistados, 10 afirmaram que não possuem esse recurso à disposição. Além disso, solicita-se aos entrevistados que forneçam exemplos dos recursos em questão. Os resultados obtidos foram os seguintes: data show, TV, DVD, aparelho de som, computador e tablet.

Nota-se que a carência de recursos tecnológicos na educação de deficientes visuais é um problema significativo que afeta o acesso igualitário e a qualidade da aprendizagem desses estudantes. A tecnologia desempenha um papel crucial na inclusão e na promoção da autonomia

e independência dos estudantes com deficiência visual. No entanto, a escassez de recursos tecnológicos adaptados nas instituições de ensino representa um desafio importante.

A pesquisa apontou a importância da inclusão dos estudantes com deficiência visual, embora seja necessária uma reorganização das atividades pedagógicas. Mas, é notória a necessidade de um maior apoio em sala de aula, tornando fundamental a presença de um mediador para esses estudantes com necessidades especiais. Isso melhoraria significativamente a adaptação e desenvolvimento desses estudantes.

O mediador é aquele que no processo de aprendizagem favorece a interpretação do estímulo ambiental, chamando a atenção para os seus aspectos cruciais, atribuindo significado à informação recebida, possibilitando que a mesma aprendizagem de regras e princípios sejam aplicados às novas aprendizagens, tornando o estímulo ambiental relevante e significativo, favorecendo o desenvolvimento. O mediador pode levar a criança a detectar variações por meio da diferenciação de informações sensoriais, como visão, audição e outras; reconhecer que está enfrentando um obstáculo e identificar o problema. Pode também contribuir para que a criança tome mais iniciativa mediante diferentes contextos, sem deixar que este processo siga automaticamente e encorajar a criança a ser menos passiva no ambiente (MOUSINHO *et al*, 2010, p. 94).

Na educação, precisa existir um olhar de sensibilização, principalmente, por parte dos professores com relação a esse processo de integração para que possa existir qualidade. A pesquisa aponta também que os professores consideram importante palestras com todos os estudantes para ressaltar o dever de inclusão com todos, sejam eles deficientes visuais ou com qualquer outra deficiência.

A maior parte dos professores entrevistados alega que a escola não promove tais eventos para os estudantes sobre a inclusão e o respeito às diversidades. As afirmações apontam para a fragilidade na inclusão dos estudantes cegos ou deficientes visuais nas escolas e, principalmente, no processo de alfabetização deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda a pesquisa realizada, observou-se que a escola juntamente com a família tem um papel fundamental para o processo de ensino-aprendizagem do estudante. Outro aspecto interessante e muito relevante nesse âmbito, de acordo com os dados obtidos, foi que o sujeito, antes de ser cego, é um cidadão. Logo, para ocorrer a inclusão, é preciso de um trabalho em conjunto entre a sociedade e os profissionais qualificados para melhor atender às necessidades do aluno com deficiência.

A pesquisa demonstrou que muitas escolas precisam atentar-se aos aspectos da acessibilidade e da disponibilização de materiais para os estudantes com deficiência visual, o que deflagra a falta de conhecimento acessível para os estudantes.

São necessárias mudanças sistêmicas para que sejam garantidas, por exemplo, as adaptações quanto à melhora dos materiais didáticos, pois cada estudante, além de sua deficiência, ainda possui particularidades no momento do aprendizado.

Também é importante investir, constantemente, na formação continuada dos professores. A educação tem carecido disso, sobretudo para os estudantes com deficiência, seja ela visual ou não. Ressalta-se ainda que há a necessidade de professores e gestores qualificados na educação. Professores qualificados beneficiam a todos na área da educação, não apenas estudantes e, por isso, a escola é um dos caminhos para um ensino cada vez melhor.

A família é primordial no processo de alfabetização e, em conjunto com a escola, é possível desempenhar um ensino excelente a esses estudantes. A escola avançou muito no processo de alfabetização, embora, entenda-se a necessidade de se investir em atividades táteis, ensinar o Braille e explorar o lúdico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/1996**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 19 nov. 2023.

CELEDÓN, E.R. **Inclusão escolar: um desafio**. 2008. Disponível em: <http://www.geocities.com/profestebanpolanco/inclusao.htm>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CORREIA, L.M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto, Portugal: Porto, 1999.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2021.** 2022. Disponível em: <https://prosped.com.br/noticias/pesquisa-do-ibge-revela-dados-sobre-inclusao/> Acesso em: 19 nov. 2023.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** Maria Teresa Eglér Mantoan. São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, L.A.R. **História da Educação de Pessoas com Deficiência** – da antiguidade ao início do século XXI. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2015.

MOUSINHO, R.; SCHMID, E.; MESQUITA, F. ; PEREIRA, J.; MENDES, L.; SHOLL, R.; NÓBREGA, V. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Revista de psicopedagogia**, p.92 –108, 2010.

MIRANDA, T.G. Formação Docente Continuada: uma exigência frente à proposta da educação inclusiva. In: MARTINS, L.A.R. et al. **Práticas Inclusivas no Sistema de Ensino e em outros contextos.** EDUFRN. Natal, 2008.

PRADO, L.S. **Sala de recursos para deficientes visuais: um itinerário, diversos olhares.** 2007. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência.** São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SÁ, E.D.; CAMPOS, I.M.; SILVA, M.B.C. Inclusão escolar de alunos cegos e com baixa visão. In: **Atendimento educacional especializado. Deficiência visual.** Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf> Acesso em: 19 nov. 2023.

SOARES, M. **Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever.** São Paulo: Contexto, 2020.

VYGOTSKY, L. S. Oras Escogidas. **Fundamentos de Defectologia.** Madrid: Visor, 1997, v. 5.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** 2a. ed., Rio de Janeiro: WVA, 2000.